

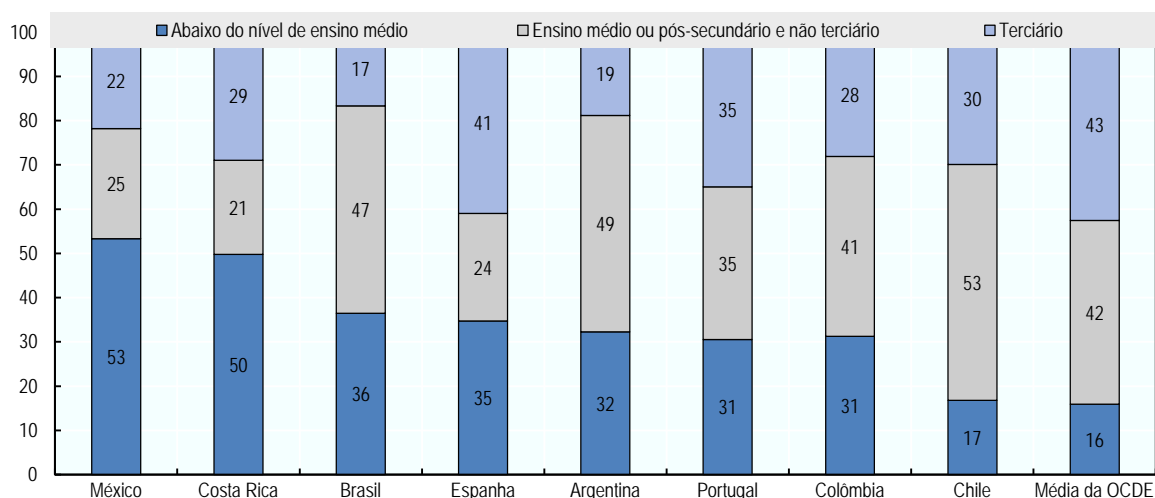
EDUCAÇÃO EM REVISTA 2017

Educação num relance: Indicadores da OCDE é a fonte autorizada para obter informações sobre o estado da educação em todo o mundo, que fornece dados sobre a estrutura, as finanças e o desempenho dos sistemas de ensino nos 35 países da OCDE e a inúmeros países parceiros.

Os países ibero-americanos

- Entre os cinco países ibero-americanos com dados disponíveis, os **alunos recém-ingressados no ensino terciário estão mais propensos a escolher as áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática (CTEM) do que a média da OCDE (27%) na Colômbia (29%) e no México (32%)**, e são igualmente ou ligeiramente menos propensos no Chile (27%), Espanha (26%) e Portugal (25%).
- Entre 2005 e 2016, a maioria dos países ibero-americanos viu um forte declínio na proporção de adultos jovens (25-34 anos) sem qualificação de nível médio, mas ainda não atingiram a média da OCDE, que é de 16%.
- Entre os países ibero-americanos, apenas a Espanha se aproxima da taxa média da OCDE de escolaridade terciária entre adultos jovens, com 41% dessa população com qualificação terciária, contra 43% da OCDE. A proporção é particularmente baixa na Argentina (19%) e no Brasil (17%).
- Na maior parte dos países ibero-americanos, à exceção da Colômbia, uma grande parcela dos gastos com instituições de ensino, do nível primário ao terciário, é realizada em despesas correntes; no México e em Portugal os gastos educacionais atribuídos às despesas correntes atingem 96%. Nos países da OCDE, a média é 91%.
- Nos países da OCDE, a média da população com 18-24 anos de idade fora do mercado de trabalho e de instituições educacionais ou profissionalizantes (nem-nem – nem trabalha nem estuda) é de 15%. **Nos seis países ibero-americanos com dados disponíveis, os jovens são mais propensos a pertencer ao grupo nem-nem do que a média da OCDE:** 21% no Chile, 25% na Colômbia e Costa Rica, 23% na Espanha, 23% no México, e 18% em Portugal.

Figura 1. Escolaridade de adultos com 25-34 anos de idade (2016)



Nota: O ano de referência é 2015 para o Brasil e o Chile.

Os países estão classificados por ordem decrescente da proporção de adultos jovens com educação abaixo do ensino médio.

Fonte: OCDE (2017), Tabela A1.2. Ver Anexo 3 para notas (www.oecd.org/education/education-at-a-glance-19991487.htm).

Caixa 1. Países ibero-americanos abrangidos neste relatório EAG 2017

A Ibero-América inclui Brasil, Espanha, Portugal e todos os países de língua espanhola da América do Norte, América Central e América do Sul.

A EAG 2017 dispõe de dados para os seguintes países ibero-americanos:

- Países europeus membros da OCDE: Espanha e Portugal
- Países latino-americanos membros da OCDE: Chile e México
- Países da América Latina candidatos à adesão à OCDE: Colômbia e Costa Rica
- Países parceiros da OCDE latino-americanos: Argentina e Brasil

Baixa proporção de adultos com educação secundária ou terciária

- Na maioria dos países da OCDE, a educação da maioria das crianças já começa bem antes da idade de 5 anos - 78% das crianças com 3 anos de idade estão matriculadas no ensino infantil (seja em programas de desenvolvimento educacional infantil ou educação pré-primária) nos países da OCDE. As taxas de matrícula na Espanha (95%) e Portugal (79% somente no pré-primário) estão acima desta média, mas os países latino-americanos com dados disponíveis estão pelo menos quinze pontos percentuais (chegando até 72 pontos percentuais) abaixo: 40% na Argentina, 60% no Brasil, 56% no Chile, 5% na Costa Rica e 46% no México.
- Em geral, nos países ibero-americanos o padrão de escolaridade é bastante diferente da média da OCDE; em particular, todos eles têm uma maior proporção de jovens adultos (25-34 anos) sem educação de nível médio e uma menor proporção de jovens adultos com um grau terciário (Figura 1).
- Em média, nos países da OCDE, a proporção de jovens adultos que não concluíram o ensino médio caiu de 21% em 2005 para 16% em 2016. Na maior parte dos países ibero-americanos, a proporção diminuiu mais rapidamente do que em toda a OCDE nos últimos anos, embora as proporções tenham permanecido mais elevadas do que a média da OCDE em 2016. No período 2005-2016, a porcentagem de jovens adultos que não concluíram o ensino médio caiu de 66% para 53% no México, de 57% para 31% em Portugal e de 62% para 50% na Costa Rica. A proporção também caiu no Chile, de 26% para 17% entre 2010 e 2015, e na Argentina de 41% para 32% entre 2005 e 2015. Na Espanha a proporção se manteve praticamente inalterada ao longo do período 2005-2016.
- As mulheres representam entre 52% e 57% dos egressos dos programas de ensino médio em geral nos países ibero-americanos, aproximadamente a mesma média da OCDE, que é de 55%. As mulheres estão, em média, sub-representadas nos programas de formação profissional de nível médio nos países da OCDE, representando 46% dos diplomados, mas este não é o caso na maioria dos países ibero-americanos com dados disponíveis: elas respondem por 57% dos diplomados no Brasil, 49% no Chile, 52% na Costa Rica, 52% na Espanha e 50% no México. Porém, em Portugal 45% dos diplomados em formação profissional no nível médio são mulheres.
- A média de idade dos egressos do ensino médio geral é 18 anos nos países ibero-americanos, a mesma média da OCDE, com exceção do Brasil e do Chile, onde a idade é 19 anos. A média de idade dos egressos de programas de formação profissional de nível secundário é 20 anos no Brasil, 18 no Chile, 19 na Costa Rica, 18 no México e 21 em Portugal, todos abaixo da média da OCDE de 22, e 26 anos na Espanha.
- Em 2016 (ou no último ano com dados disponíveis), 43% dos adultos jovens dos países da OCDE tinham formação superior, mas entre os oito países ibero-americanos com dados disponíveis, apenas a Espanha se aproximou desta média, com uma participação de 41%. Em Portugal a proporção era de 35% e em todos os demais países ibero-americanos a média era 30% ou menor. A escolaridade terciária é particularmente baixa na Argentina (19%) e no Brasil (17%) (Figura 1).

O viés de gênero na escolha da área de estudo é menor do que na OCDE como um todo

- As taxas de entrada estimam a proporção de pessoas previstas para ingressar em algum tipo específico de programa de educação terciária durante sua vida. Com base nos padrões atuais, estima-se que uma média de 57% dos jovens adultos dos países da OCDE ingressará em um programa de bacharelado ou equivalente ao longo de sua vida. Entre os sete países ibero-americanos com dados disponíveis, apenas o Chile tem uma expectativa

semelhante (57%) e a Argentina tem uma expectativa um pouco menor (53%). Nos demais países, a estimativa de taxas de entrada são pelo menos 9 pontos percentuais abaixo da média da OCDE: 44% na Costa Rica, 48% na Espanha e 46% em Portugal; e estão mais de 22 pontos percentuais abaixo da média da OCDE na Colômbia (28%) e no México (35%).

- Entre os cinco países ibero-americanos com dados disponíveis, o número de novos candidatos ao ensino terciário nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática (CTEM) eram comparáveis aos da média da OCDE. Em 2015, 27% dos alunos recém-admitidos no ensino terciário nos países da OCDE escolheram uma área de estudo de CTEM, em média, tendo a maior parte optado pela engenharia, indústria e construção. Na Colômbia (29%) e no México (32%), a proporção foi maior que a média da OCDE, ao passo que no Chile (27%), Espanha (26%) e Portugal (25%) ficou igual ou ligeiramente abaixo.
- As mulheres tendem a estar sub-representadas nas áreas de CTEM, mas isso é menos acentuado em alguns países ibero-americanos. Por exemplo, em 2015, a proporção de mulheres recém-admitidas nas áreas de engenharia, indústria e construção era igual ou superior à média da OCDE de 24%; na Colômbia (32%), na Espanha (24%), no México (27%), em Portugal (28%). No Chile, entretanto, a participação era ainda menor, 17%.
- As mulheres estão sobre-representadas (ou seja, perfazem mais de 60% dos novos alunos) nas áreas de educação e saúde e assistência social nos países ibero-americanos, semelhante à média dos países da OCDE (78%). Nas áreas de artes e humanidades, contudo, a porcentagem de mulheres é igual ou inferior a 61% em cada um dos cinco países ibero-americanos com dados disponíveis, um melhor equilíbrio do que a média dos países da OCDE (63%).

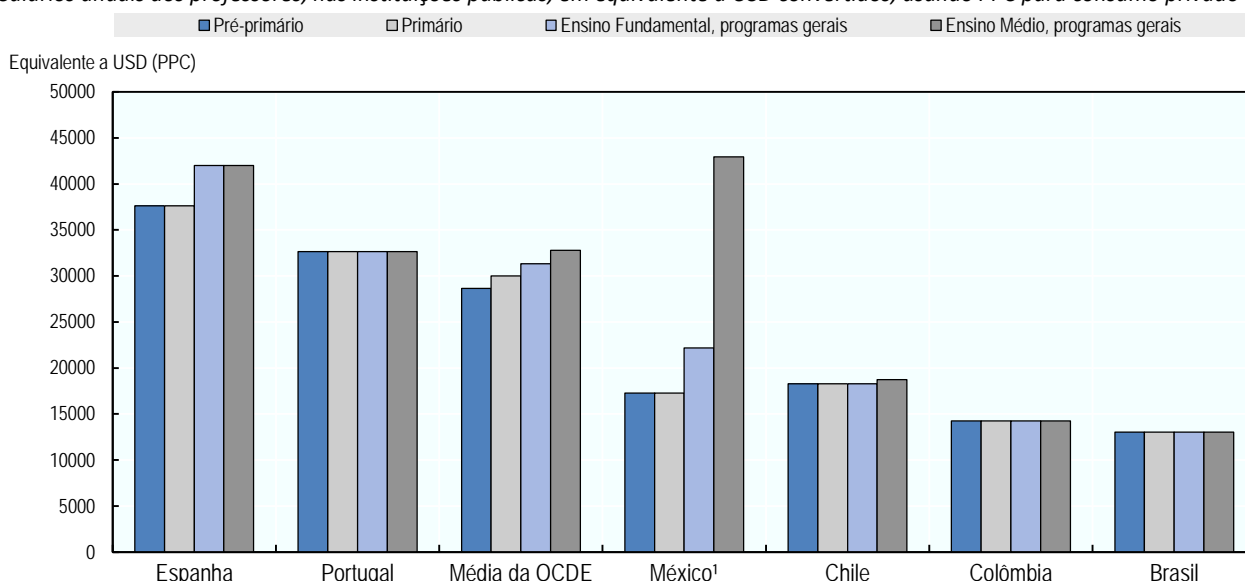
Os professores enfrentam classes mais numerosas na maioria dos países ibero-americanos

- O tamanho médio das classes nos países ibero-americanos é superior à média da OCDE, de 21 alunos no ensino primário e 23 alunos no ensino fundamental. Entre os seis sistemas educacionais ibero-americanos com dados disponíveis, o Chile tem o tamanho de classe mais numeroso (30 alunos no ensino primário e 31 no ensino fundamental) e Portugal apresenta o menor número de alunos em sala de aula, para ambos os níveis primário e fundamental (21 alunos no ensino primário e 23 alunos no nível de ensino fundamental).
- No Brasil, Chile, Colômbia e México, a razão aluno-professor no ensino primário e secundário é consideravelmente maior do que a média da OCDE, de 15 alunos por professor no ensino primário e 13 alunos por professor no ensino secundário. No ensino primário, a relação é um pouco mais baixa na Costa Rica, na Espanha e em Portugal.
- Nos países da OCDE, os vencimentos médios iniciais previstos em lei, para professores com qualificações mínimas é de USD 28 800¹ no nível pré-primário, USD 30 100 no nível primário, 31 USD 500 no ensino fundamental e USD 32 900 no nível de ensino médio. Os salários equivalentes na Espanha são consideravelmente mais elevados do que a média da OCDE em todos os níveis de ensino; em Portugal, são semelhantes ou ligeiramente acima da média da OCDE e no Brasil, no Chile e no México estão abaixo da média da OCDE (Figura 2). No nível de ensino fundamental, por exemplo, a remuneração média inicial estatutária, para professores com qualificações mínimas, era de USD 42 000 na Espanha, USD 32 600 em Portugal, USD 22 200 no México, USD 18 300 no Chile e USD 13 000 no Brasil.
- Ao contrário da maioria dos países da OCDE, nos países ibero-americanos os salários dos professores não aumentam com o nível educacional que ensinam, à exceção da Espanha e do México (Figura 2). Os salários iniciais dos professores com qualificações mínimas aumentam, do ensino primário para o ensino fundamental, 12% na Espanha e em 28% no México.

¹ Os valores são relatados em equivalente de dólares (USD) foram convertidos usando as paridades de poder de compra (PPC) pelo PIB.

Figura 2. Salários estatutários de professores, baseados em qualificações mínimas (2015)

Salários anuais dos professores, nas instituições públicas, em equivalente a USD convertidos, usando PPC para consumo privado



1. Exclui a parcela de contribuições para a previdência social e dos planos de pensão pagos pelos empregados
Os países estão classificados pela ordem decrescente dos salários anuais dos professores do ensino fundamental.

Fonte: OCDE (2017). Tabela D3.1, disponível on-line. Ver Anexo 3 para notas (www.oecd.org/education/education-at-a-glance-19991487.htm).

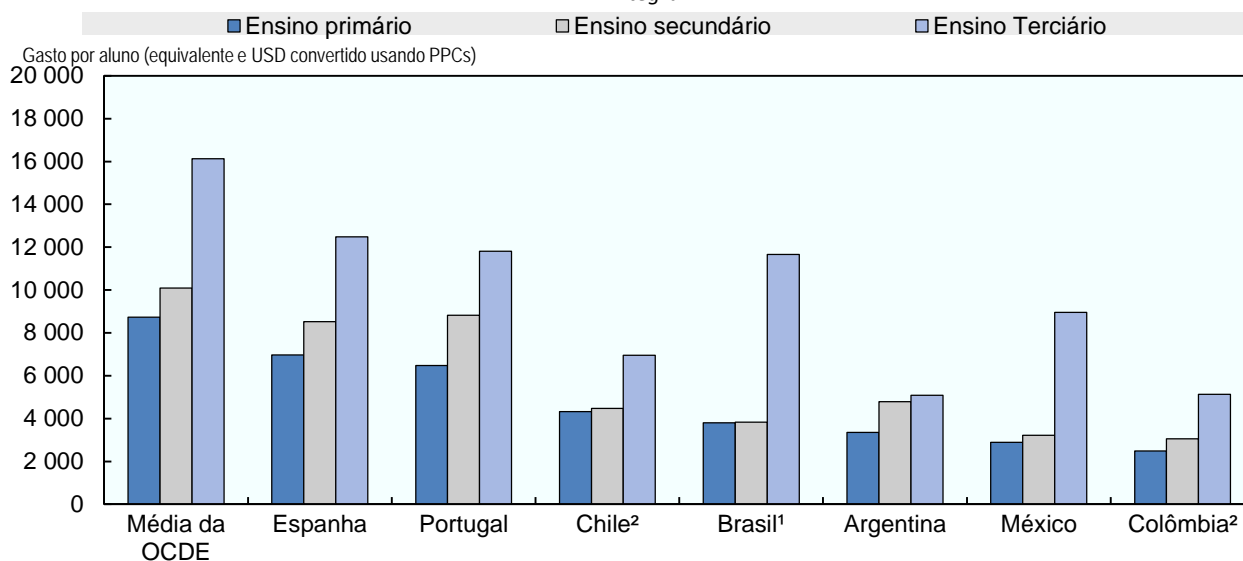
- Em média, nos países da OCDE, a proporção de professores do sexo feminino diminui à medida que aumenta o nível do ensino: de 97% no nível pré-primário para 83% no nível primário, 69% no nível de ensino fundamental e 59% no ensino médio. Nos países ibero-americanos a proporção de mulheres professores é inferior. A Colômbia, a Costa Rica, a Espanha e o México têm o maior equilíbrio de gênero, enquanto que no Brasil, no Chile e em Portugal há um maior desequilíbrio de gênero.

Embora os países ibero-americanos destinem grande parte do gasto público para a educação, o gasto por aluno é baixo

- O gasto anual por aluno nos países ibero-americanos é praticamente a metade da média da OCDE, do ensino primário ao ensino terciário, incluindo as atividades de P&D (Figura 3). Em 2014, os países membros da OCDE aplicaram uma média de USD 10 800 por ano na educação de cada aluno, do ensino primário ao terciário: USD 8 700 por aluno do ensino primário, USD 10 200 por aluno do nível fundamental, USD 10 200 por aluno do ensino médio e USD 16 100 por aluno do nível terciário. No todo, o gasto foi cerca de 20% inferior na Espanha e em Portugal do que a média da OCDE, aproximadamente 50% mais baixo no Brasil e no Chile e entre 60% e 70% mais baixo na Argentina, Colômbia e México.
- Como ocorre em quase todos os países, o gasto por aluno por instituições de ensino nos países ibero-americanos aumenta junto com o nível de escolaridade. No Brasil e no Chile, entretanto, o gasto por aluno dos níveis primário e médio é semelhante, e na Argentina o gasto por estudante de nível terciário é apenas ligeiramente maior que o gasto por aluno de nível secundário (Figura 3).
- O gasto por aluno é semelhante em todos os países da OCDE e da Ibero-américa, em termos da participação do produto interno bruto (PIB) per capita. Os países da OCDE gastam em média 27% do PIB per capita na educação de cada aluno, enquanto o Brasil e Portugal aplicam pelo menos 30%, e a Argentina, o Chile e o México gastam menos de 23%. Na Colômbia e na Espanha, o PIB per capita anual por aluno gira em torno da média da OCDE, 24% e 26%, respectivamente.

Figura 3. Gasto anual por aluno e por instituições educacionais para todos os serviços, por nível de ensino (2014)

Gasto em serviços básicos auxiliares e P&D, em equivalente a USD convertidos usando a PPC, baseado em equivalentes em tempo integral



Nota: PPC e USD significam Paridade do Poder de Compra e Dólares dos Estados Unidos da América, respectivamente.

1. Apenas instituições públicas.

2. Ano de referência 2015.

Os países estão classificados por ordem decrescente do gasto com instituições educacionais por estudante no ensino primário.

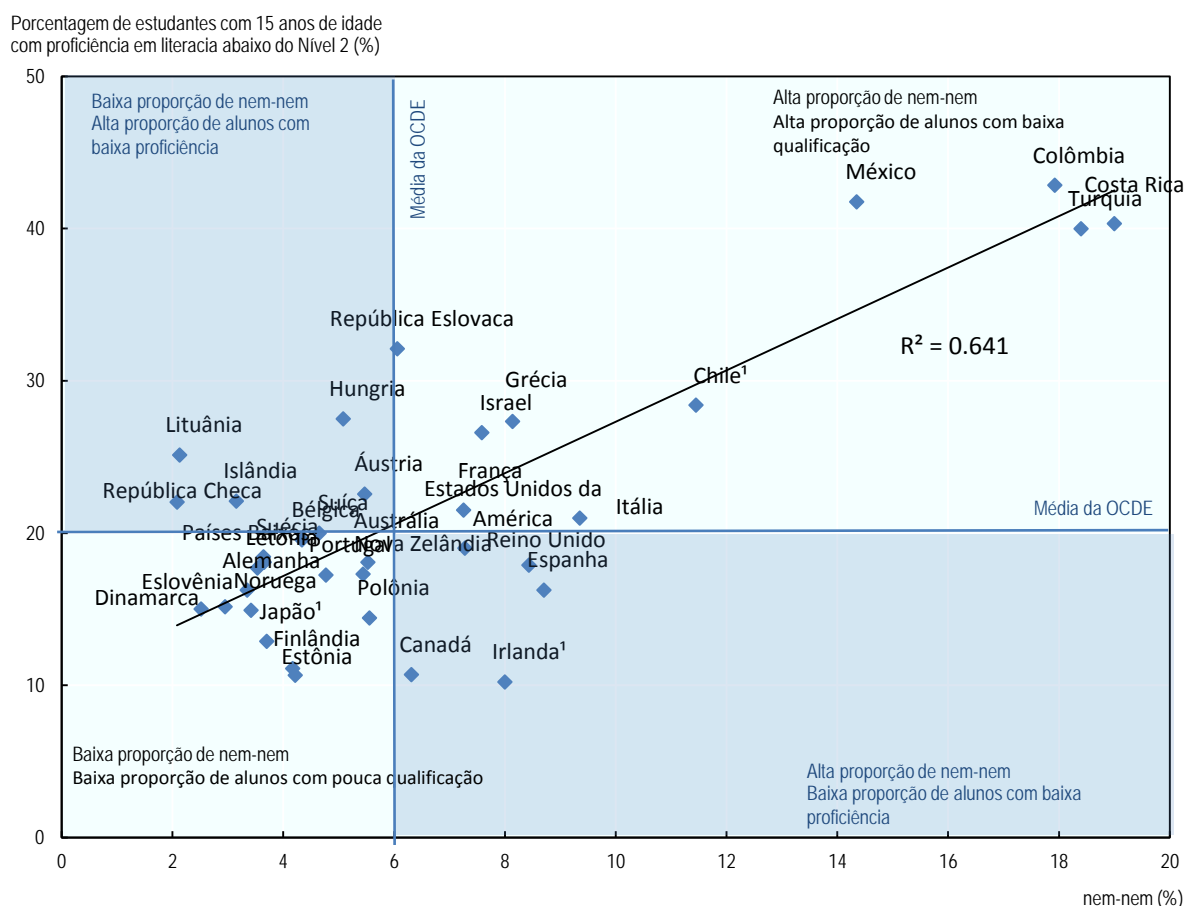
Fonte: OCDE / UIS / Eurostat (2017). Tabela B1.1. Consulte Anexo 3 para notas (www.oecd.org/education/education-at-a-glance-19991487.htm).

- Os países ibero-americanos tendem a destinar uma parcela ligeiramente superior do seu PIB à educação do que a média dos países da OCDE, variando entre 5,8% na Colômbia e Portugal, e 4,3% na Espanha. No caso da Espanha, onde a taxa de natalidade é muito baixa, este indicador não é tão relevante como o PIB per capita aplicado por aluno. Em 2014, os países membros da OCDE despenderam em média 5,2% do seu PIB em instituições educacionais (do nível primário aos níveis terciários), variando de 3,3% na Federação Russa a 6,6% no Reino Unido.
- As instituições públicas nos países da OCDE gastam em média 4,4% do PIB em educação (do nível primário aos níveis terciários), enquanto apenas 0,8% são financiadas por instituições privadas. Nos países ibero-americanos a maior parte das despesas provém de fontes privadas, especialmente no Chile (1,8%) e na Colômbia (1,9%).
- Nos países ibero-americanos, o gasto público com a educação, do ensino primário ao terciário, representa uma parcela maior de todo o gasto público do que a média da OCDE, de 11,3%. A participação do gasto público na educação é particularmente alta na América Latina, 16% no Brasil e no Chile, 19% na Costa Rica e 17% no México. Estas porcentagens elevadas refletem ao mesmo tempo a importância que os países latino-americanos atribuem à educação, e a sua baixa capacidade fiscal.
- Na maioria dos países ibero-americanos, à exceção da Colômbia (81%), uma parcela significativa das despesas das instituições educacionais, do nível primário ao nível terciário, é consagrada às despesas correntes (bens e serviços consumidos durante o ano corrente). No México e em Portugal, por exemplo, 96% do gasto educacional são atribuídos às despesas correntes. A média dos países da OCDE é 91% para despesas correntes e 9% despesas de capital.
- Em média, nos países da OCDE, 79% das despesas correntes das instituições de ensino público primário, secundário e pós-secundário não terciário são destinados à remuneração dos professores e funcionários, comparativamente a 67% para o ensino terciário. A remuneração do pessoal, em média constitui uma porcentagem ainda maior das despesas correntes nos países ibero-americanos. Por exemplo, na Argentina, Colômbia, México e Portugal pelo menos 90% das despesas correntes das instituições públicas são atribuídos à remuneração do pessoal do ensino primário, secundário e pós-secundário não terciário.

Um alto número de pessoas que não trabalham nem estudam – (nem-nem)

- Em média, nos países da OCDE, cerca de metade (53%) dos adultos com 18-24 anos estão na educação, 32% não estudam, mas estão empregados, e 15,3% não trabalham nem estudam nem participam do ensino vocacional (grupo nem-nem). No caso dos seis países ibero-americanos com dados disponíveis, as percentagens de jovens do grupo nem-nem estão cerca de 3 a 9 pontos percentuais mais elevadas do que a média da OCDE: 21% no Chile, 25% na Colômbia e na Costa Rica, 23% na Espanha, 23% no México e 18% em Portugal.
- Em geral, quanto maior for a percentagem de alunos com quinze anos de idade e baixo desempenho no Programa de Avaliação Internacional dos Estudantes (PISA), maior é a percentagem de jovens nem-nem. A proporção do grupo nem-nem é menor nos países em que apenas uma pequena parcela dos adultos jovens tem baixa proficiência na alfabetização (abaixo do Nível 2 do PISA), como a Estônia, a Finlândia ou o Japão, e é mais elevada nos países em que a maior parte dos alunos tem baixo nível de qualificação, como a Colômbia, a Costa Rica, o México e a Turquia. Mas na Espanha, por exemplo, há uma percentagem elevada de nem-nem, embora a proporção de alunos com baixo desempenho seja baixa (Figura 4).

Figura 4. Percentagem de jovens com 15-19 anos de idade (2016) do grupo nem-nem e percentagem de estudantes com 15 anos de idade com baixa proficiência em literacia (2015)



Nota: O termo nem-nem se refere aos jovens sem emprego, que nem estudam nem frequentam programas vocacionais. Alunos com baixa qualificação se refere aos estudantes com 15 anos de idade com desempenho abaixo do nível 2 de proficiência em literacia no PISA 2015.

1. O ano de referência difere de 2016 para taxas do grupo nem-nem. Consulte a tabela C5.1 para obter detalhes.

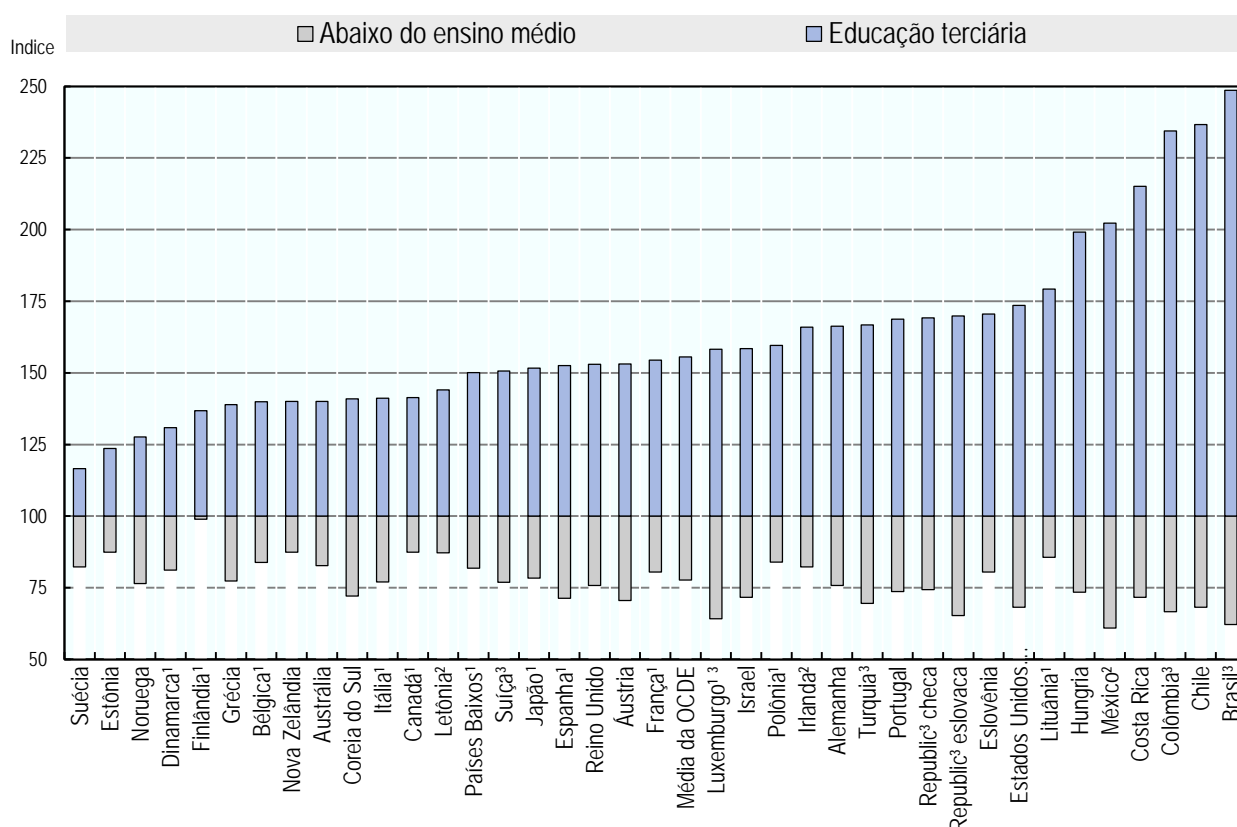
Fonte: OCDE (2017). NEETs: Education at a Glance banco de dados. Nível de proficiência de alfabetização: OCDE (2016). PISA 2015 Database, Tabela I.4.2a. Ver Anexo 3 para notas (www.oecd.org/education/education-at-a-glance-19991487.htm).

Egressos do ensino terciário desfrutam de bons resultados do mercado de trabalho

- Em todos os países ibero-americanos, as taxas de emprego para adultos com 25-34 anos melhoram quando a escolaridade é mais alta. Em média, nos países da OCDE, as taxas de emprego são 24 pontos percentuais mais altas entre os adultos jovens com diploma superior do que entre aqueles sem qualificação de nível médio. No Chile a diferença é semelhante, e na Argentina é de 23 pontos percentuais. No Brasil, Costa Rica, México e Espanha, a diferença situa-se entre catorze e dezoito pontos percentuais, e na Colômbia e em Portugal as diferenças são 9 e 8 pontos percentuais, respectivamente.
- Quando se trata de rendimentos, os adultos sem educação de nível médio são mais penalizados pelo mercado de trabalho nos países ibero-americanos do que a média dos países da OCDE. Nos sete países ibero-americanos com dados disponíveis, os trabalhadores com 25-64 anos de idade sem escolaridade de nível médio têm desvantagem nos rendimentos de pelo menos 25%, em comparação com aqueles que cursaram o ensino médio; a média da OCDE de desvantagem de rendimentos é 22% (Figura 5).

Figura 5. Vencimentos relativos de adultos, por escolaridade (2015)

Trabalhadores com 25-64 anos de idade com rendimentos de emprego; nível de ensino médio = 100



Nota: A Educação Terciária inclui o ensino terciário de curto ciclo, licenciatura, mestrado, doutorado ou graus equivalentes.

1. Ano de referência difere de 2015. Consulte a tabela fonte para obter detalhes.

2. Rendimentos líquidos do imposto de renda.

3. O índice 100 é a combinação dos níveis 3 e 4 da ISCED da classificação dos níveis de escolaridade da ISCED 2011.

Os países estão classificados em ordem crescente de rendimentos relativos de trabalhadores com 25-64 anos de idade com educação superior.

Fonte: Ocde (2017). Tabela A6.1. Consulte Anexo 3 para notas (www.oecd.org/education/education-at-a-glance-19991487.htm).

- A vantagem relativa da remuneração daqueles que possuem qualificação de nível terciário, em comparação com os que têm apenas nível médio também é muito maior em alguns países ibero-americanos do que a média dos países da OCDE. Em Portugal, a diferença de rendimentos é 69% e na Espanha, 53%, girando em torno da média

da OCDE, de 56%, mas nos países latino-americanos, a vantagem dos rendimentos é mais do que o dobro: 149% no Brasil, 137% no Chile, 134% na Colômbia, 115% na Costa Rica e 102% no México. Nestes países, entre 47% e 60% dos trabalhadores com nível superior ganham mais do que o dobro da remuneração mediana de todos os trabalhadores, enquanto a média dos países da OCDE é de 24%.

Este trabalho é publicado sob a responsabilidade do Secretário-Geral da OCDE. As opiniões expressas e os argumentos utilizados neste documento não refletem necessariamente as opiniões oficiais dos países membros da OCDE.

Este documento e qualquer dados e mapa aqui incluídos foram elaborados sem prejuízo do status ou soberania de qualquer território, da delimitação de limites e fronteiras internacionais e do nome do território, cidade ou área.

Nota sobre os dados provenientes de Israel


Os dados estatísticos para Israel são fornecidos por e sob a responsabilidade das autoridades israelenses. O uso desses dados pela OCDE é feito sem prejuízo das colinas de Golã, Jerusalém Oriental e assentamentos israelenses na Cisjordânia, nos termos do direito internacional.

Referências

OCDE (2017), *Education at a Glance 2017: Indicadores da OCDE*, OCDE Publishing, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/eag-2017-en>.

Para obter mais informações sobre *Education at a Glance 2017* e para acessar o conjunto completo de indicadores, visite www.oecd.org/education/education-at-a-glance-19991487.htm.

Os dados atualizados podem ser encontrados online **OECD.Stat** bem como seguindo o **StatLinks**  nas tabelas e gráficos da publicação <http://dx.doi.org/10.1787/eag-data-en>.

Explore, compare e visualize mais dados e análises utilizando:  **EducationGPS**
[Http://gpseducation.oecd.org/](http://gpseducation.oecd.org/).

Perguntas podem ser dirigidas para: Marie-Hélène Doumet Analista Sênior Direção Geral da Educação e Habilidades Marie-Helene.Doumet@oecd.org	Autores da Nota: Gara Rojas González Alfonso Echazarra Direção Geral da Educação e Habilidades Gara.RojasGonzalez@oecd.org
---	--